

ID: 57564346

15-01-2015

Domingues Azevedo, Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

## “O sistema fiscal carece de maior humanização”

No arranque de mais um ano, o OPINIÃO PÚBLICA falou com Domingues Azevedo, Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, que, apesar algum alívio fiscal, não tem dúvidas de que 2015 não será um ano fácil para os portugueses.

Sofia Abreu Silva

**OPINIÃO PÚBLICA: Como será o ano de 2015?**

**Domingues Azevedo:** 2015 será um ano eleitoral e, não obstante os autos de fé diversas vezes pronunciados, este facto influencia as decisões políticas. Assistiremos a um crescendo da propaganda, a favor e contra o governo, mas que, infelizmente, não passará disso, isto é, não chegará aos bolsos da maioria dos cidadãos, pelo que tudo indicia que iremos ter mais um ano de dificuldades.

**Relativamente ao IRS, quais os pontos positivos e os negativos? O Governo afirma que há um alívio fiscal...**

O panorama fiscal para 2015, pelos novos elementos que lhe foram introduzidos, nomeadamente por efeito da fiscalidade verde, vieram dificultar a leitura com alguma segurança sobre o comportamento fiscal. Quem prima pelo rigor das afirmações tem mais dificuldade em as fundamentar, pois não tem elementos rigorosos que lhe permitam aferir dos efeitos que as alterações te-

rão na vida dos cidadãos. O IRS, depois do brutal aumento em 2012, terá indiscutivelmente um ligeiro desagravamento em 2015, restando saber se esse desagravamento é ou não consumido pelo efeito da fiscalidade verde. Penso que teremos um aumento da fiscalidade, mas desta vez, pelo menos no próximo ano, com deslocação dos efeitos, ou seja, a fiscalidade verde terá um efeito mais acentuado nos serviços como o transporte de pessoas e bens, por isso pagos indiretamente e não tanto como nos anos anteriores em que os aumentos se orientaram diretamente para os cidadãos, por efeito não só do aumento das taxas e redução das deduções à coleta ou ao rendimento, mas também pelos cortes nos salários das pessoas. Resta saber quando é que efetivamente esse desagravamento chega ao bolso das pessoas. Na verdade, as alterações introduzidas neste imposto, não são nas taxas, mas sim nos critérios de formação do rendimento colectável e nas deduções à coleta, portanto os efeitos diretos para as pessoas só chegarão, se chegarem, em 2016.

**O quociente familiar é a grande mudança no IRS em 2015, mas já disse que não o considera justo ...**

O IRS é um imposto personalizado, que deve adequar-se às realidades concretas das pessoas, tendo a virtude de acolher essa diferenciação, sob pena de não tributar realidades

concretas, mas sim realidades ficcionadas. Uma das maiores preocupações de qualquer sistema de tributação é não ter na sua base processos ou critérios que sejam eles mesmos provocadores de distorções. O quociente familiar, assente num critério percentual, acaba por valorizar de forma diferenciada os filhos, conforme os rendimentos dos agregados familiares, gerando valores mais elevados nos grandes rendimentos e valores minorizados nos rendimentos de pequena dimensão. Falamos da mesma realidade, filhos, e por que razão um filho numa família de grande rendimento tem um valor diferente de um filho numa família de menor rendimento?

**Há uma descida na taxa do IRC. É um benefício para todas as empresas?**

As alterações introduzidas no IRC, nomeadamente a descida da sua taxa, é uma história bem mais complexa do que é apresentada aos olhos do cidadão comum. Falando verdade, o que era necessário é que o CDS concedesse um privilégio à sua ala mais natural e então, através de algumas alterações cirúrgicas no IRC, o governo beneficiou de forma escandalosa os grandes grupos económicos. Mas, o mais curioso é que ouvimos o argumento que estas medidas eram um verdadeiro incentivo à fixação de capital estrangeiro, quando toda a gente sabe que o im-

»»»»»»»»



pub

